

ÍNDICE GERAL

- Prefácio 5
- Siglas 9

TÍTULO I

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR PRIVAÇÃO INJUSTIFICADA DA LIBERDADE

CAPÍTULO I

NOÇÕES SUBSIDIÁRIAS DA COMPREENSÃO DO TEMA

1. Introdução 11
2. Evolução histórica recente da responsabilidade civil
por dano decorrente do exercício da função jurisdicional 12
3. Sinopse do iter legislativo até à aprovação do actual RRCEE 24
4. Será a responsabilidade civil por injusta privação da liberdade
responsabilidade civil? Enquadramento conceptual 31
5. Natureza da responsabilidade civil por injusta privação da liberdade 34
6. Delimitação em geral dos travejamentos da responsabilidade civil
relevantes e suas finalidades 36
7. A responsabilidade civil por facto jurisdicional e o dilema com que se defronta 40
8. Inserção sistemática da responsabilidade civil
por danos resultantes da privação da liberdade
entre as variantes da responsabilidade civil por facto jurisdicional 46
9. Circunscrição do conceito de injusta privação da liberdade relevante
para efeitos de responsabilidade civil extracontratual 54

CAPÍTULO II

O REGIME MATERIAL VIGENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR INJUSTA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

1. A completude do art.º 22.º CRP e o seu programa normativo	67
2. O condicionamento do art.º 216.º, n.º 2 CRP e o seu carácter garantístico	75
3. A regulação específica da responsabilidade por injusta privação de liberdade e sua densificação	79
3.1. Referências constitucionais	79
3.2. O art.º 225.º CPP. Razão de ordem	85
3.3. Responsabilidade por ilegal privação provisória da liberdade	89
3.4. Responsabilidade por injustificada privação provisória da liberdade	102
3.4.1. O concurso culposo do arguido para a privação da sua própria liberdade	108
3.5. Responsabilidade por privação provisória da liberdade materialmente injusta	110
3.6. Condições adicionais de relevância da injusta privação da liberdade para efeitos da sua efectivação processual	118
3.7. Observações críticas do regime	122
4. A solidariedade da obrigação de indemnizar	129
4.1. O regime do exercício do direito de regresso sobre o juiz	139
4.2. Vias de reacção judicial do lesado	142
5. A prescrição do direito à indemnização	144
6. Especialidades processuais relativas à responsabilidade civil por injusta privação da liberdade	148

TÍTULO II

DA ACÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO CONTRA MAGISTRADOS

CAPÍTULO III

O REGIME DE RESPONSABILIDADE INSTITUÍDO PELA LEI N.º 67/2007, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVOU O RRCEE

1. Considerações gerais	153
2. Danos causados pela administração da justiça	153
3. Danos causados por erro judiciário	156
4. As decisões judiciais manifestamente inconstitucionais ou ilegais	158

5. Factores do erro	162
6. O erro grosseiro na apreciação dos pressupostos de facto	164
7. A prévia revogação da decisão danosa pela jurisdição competente	167

CAPÍTULO IV
AS FORMAS DE PROCESSO
COM VISTA À EFECTIVAÇÃO DA INDEMNIZAÇÃO

1. Considerações gerais	171
2. A indemnização no âmbito do processo penal	172
3. A intervenção do lesado no âmbito do processo penal	174
4. Contra quem é deduzido o pedido de indemnização no processo penal	175
5. A efectivação da indemnização através da acção comum	176
6. As formas do processo comum	178

CAPÍTULO V
O TRIBUNAL COMPETENTE PARA A INSTAURAÇÃO
DO PROCESSO COMUM

1. A competência em razão da matéria	181
2. A competência em razão do território	183

CAPÍTULO VI
A INTERVENÇÃO DO MAGISTRADO NO PROCESSO COMUM

1. Considerações gerais	185
2. A intervenção do magistrado como parte acessória	185
3. Se deve o Estado chamar o magistrado a intervir como parte acessória	188

CAPÍTULO VII
O DIREITO DE REGRESSO

1. Considerações gerais	191
2. Quem pode decidir sobre o exercício do direito de regresso	191
3. A iniciativa concedida ao Ministro da Justiça – Sua natureza	192
4. Quando deve ser exercido o direito de regresso	194
5. Os critérios a ter em conta para a decisão de avançar com a acção de regresso	196

CAPÍTULO VIII A ACÇÃO ESPECIAL DE REGRESSO

1. Considerações gerais	199
2. Âmbito de aplicação	200
3. Tribunal competente	202
4. Audiência do magistrado	206
5. Decisão sobre a admissão da causa	209
6. Recurso	211
7. Contestação e termos posteriores	212
8. Discussão e julgamento	215
9. Recurso de apelação	218
10. Tribunal competente para a execução	221
11. Dispensa da decisão sobre a admissão da causa	223
12. Indemnização em consequência de procedimento criminal	224
• Síntese conclusiva	227

TÍTULO III JURISPRUDÊNCIA CONEXA

1. Sumários de alguns dos acórdãos mais recentes dos nossos tribunais superiores e que versam sobre o tema da responsabilidade civil do Estado e dos magistrados por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	233
---	-----

APÊNDICE

• Lei n.º 67/2007, de 31/12	255
• Bibliografia	265
• Índice geral	269